Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
N° 16.825, de 04.07.2016

PONTOS REFERENTES AO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR – EDITAL N° 079/2022.

DEPARTAMENTO: Ciências Exatas e Naturais - DCEN

DISCIPLINA: Legislação Ambiental, Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Educação Ambiental, Biologia Celular e Ecologia Química.

NATUREZA DA PROVA DIDÁTICA: Aula Pública Teórica

PONTOS PARA AS PROVAS ESCRITA E DIDÁTICA

1- O papel da legislação ambiental na conservação da biodiversidade
2- Código florestal e a conservação da biodiversidade: avanços e retrocessos
3- Educação ambiental, degradação ambiental e sustentabilidade
4- Movimentos ambientalistas no contexto da educação ambiental
5- Objetivos do desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030
6- O papel dos semioquímicos nas interações tritróficas
7- Aplicação da ecologia química na proteção ambiental
8- Organelas transdutoras de energia
9- Divisão celular
10- Transporte celular

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei No 12.056 de 07 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a política de educação ambiental do estado da Bahia.

BAHIA. RESOLUÇÃO CEE N° 11, de 17 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Boff, L. Sustentabilidade: o que é-o que não é. Editora Vozes Limitada; 2017.

Brancalion, P.H.; Garcia, L.C.; Loyola, R.; Rodrigues, R.R.; Pillar, V.D.; Lewinsohn, T.M. Análise crítica da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (2012), que substituiu o antigo Código Florestal: atualizações e ações em curso. Natureza & Conservação. 2016;14:e1-e16.

BRASIL: Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a política nacional de educação ambiental.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. - 3. ed., rev. e ampl. – Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012.

BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Coordenadoria Geral de desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2016.

BRASIL: Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Del-Claro, K. & Torezan-Silingardi, H. M. (2012): Ecologia das Interações Plantas-Animais, uma abordagem ecológico-evolutiva. Tecnical Books Editora, Rio de Janeiro.

De Robertis, E. & Hib, J. (2006): Bases da Biologia Celular e Molecular. 4a. ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.

Eisner, T. & Meinwald, J. (1995): Chemical Ecology: The Chemistry of Biotic Interaction. Disponível em: http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=4979

Galli, A. Educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento sustentável. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR: Juruá, 2009. 307p.

Garcia, Y.M. O Código Florestal brasileiro e suas alterações no Congresso Nacional. Geografia em Atos (Online), 1(12), 2012.

Heil, M. (2008): Indirect defence via tritrophic interactions: New Phytologist 178: 41–61.

Junqueira, L. C. & Carneiro, J. (2012): Biologia Celular e Molecular. 9a. ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro

Junqueira, E.S.G.; Kawasaki, C.S. Os movimentos ambientalistas e a educação ambiental: a militância como espaço educativo. Cadernos CIMEAC, v. 7, n.2, 2017.

Marques, R., Raimundo, J.A. & Xavier, C.R. Educação Ambiental: Retrocessos e contradições na Base Nacional Comum Curricular. Paranaíba, v.10, n.28, p.445 à 467, 2019.

Meneguzzo, I.S; Chaicouski, A. Reflexões acerca dos conceitos de degradação ambiental, impacto ambiental e conservação da natureza. Geografia (Londrina) v.19 n.1, 2010.

Pereira, A.C.; da Silva, G.Z.; Carbonari, M.E.E. Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente: Saraiva Educação SA; 2017.

Primack, R.B.; Rodrigues, E. Biologia da Conservação. Londrina; 2001. 328 p.

Rech, A. R., Agostini, K., Oliveira, P. E. & Machado, I. C. (2014): Biologia da Polinização. Projeto Cultural, Rio de Janeiro. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/275831630_Biologia_da_Polinizacao

Roriz, P.A.C.; Fearnside, P.M. A construção do Código Florestal Brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. Novos Cadernos NAEA, 18(2), 2015.

Turlings, T. C. J., & Erb, M. (2018). Tritrophic Interactions Mediated by Herbivore-Induced Plant Volatiles: Mechanisms, Ecological Relevance, and Application Potential. Annual Review of Entomology, 63(1), 433–452.

Wyatt, Tristam D. (2003): Pheromones and Animal Behaviour. Cambridge University Press, Cambridge.